

Universidades Lusíada

Silva, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da, 1958-

Crise e democracia no pensamento de Cunha Leal (1931-1933)

<http://hdl.handle.net/11067/5484>

<https://doi.org/10.34628/dv2k-ym85>

Metadados

Data de Publicação

2011

Resumo

Os anos trinta do século XX foram tempos sombrios, em todo o mundo, como resultado da Crise financeira e económica de 1929. O engenheiro Francisco Pinto da Cunha Leal (1888-1970) entre 1931-1933 faz a apologia da democracia como ideário e regime político. As reflexões do autor centram-se na análise dos diferentes aspectos políticos, económicos, sociais e culturais, da crise que tiveram impacto nos sistemas democráticos ocidentais. A transformação progressiva da democracia política na democracia ...

The thirties of the twentieth century were dark times, around the world as a result of financial and economic crisis of 1929. The engineer Francisco Pinto da Cunha Leal (1888-1970) between 1931-1933 makes the apology of democracy as an ideology and political system. The author's reflections focus on the analysis of the different political, economic, social and cultural aspects, of the crisis that had an impact on Western democratic systems. The transformation of political democracy in progressi...

Palavras Chave

Leal, Francisco Pinto da Cunha, 1888-1970 - Crítica e interpretação, Democracia - História - Século 20, Ciência Política - Filosofia

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 08 (2011)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:09:39Z com informação proveniente do Repositório

**CRISE E DEMOCRACIA NO PENSAMENTO DE
CUNHA LEAL (1931-1933)**

Júlio Rodrigues Silva
Universidade Lusíada de Lisboa
jrodriguessilva@sapo.pt



RESUMO

Os anos trinta do século XX foram tempos sombrios, em todo o mundo, como resultado da Crise financeira e económica de 1929. O engenheiro Francisco Pinto da Cunha Leal (1888-1970) entre 1931-1933 faz a apologia da democracia como ideário e regime político. As reflexões do autor centram-se na análise dos diferentes aspectos políticos, económicos, sociais e culturais, da crise que tiveram impacto nos sistemas democráticos ocidentais. A transformação progressiva da democracia política na democracia social seria a solução moderada para os problemas presentes. A visão optimista do futuro permite-lhe profeticamente encarar o século XX como a época do seu pleno triunfo sobre as concepções totalitárias do poder.

Palavras chave: crise, estado, democracia, igualdade, liberdade, classe média.

ABSTRACT

The thirties of the twentieth century were dark times, around the world as a result of financial and economics crisis of 1929. The engineer Francisco Pinto da Cunha Leal (1888-1970) between 1931-1933 makes the apology of democracy as an ideology and political system. The author's reflections focus on the analysis of the different political, economic, social and cultural aspects, of the crisis that had an impact on Western democratic systems. The transformation of political democracy in progressive social democracy would be the moderate solution to the present problems. The optimistic vision of the future prophetic allows you to face the twentieth century as the time of its full triumph over the totalitarian conceptions of power.

Keywords: crisis, state, democracy, equality, liberty, middle class



Crise e democracia no pensamento de Cunha Leal (1931-1933)

Os anos trinta do século XX foram tempos sombrios, em todo o mundo, como resultado da crise financeira e económica de 1929. As consequências económicas e sociais afectaram os sistemas democráticos, preparando o caminho para o triunfo dos movimentos e regimes totalitários na Europa. O terrível cataclismo humano da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918) deu origem a uma grande desilusão e a uma falta de confiança nos valores morais e políticos até aí dominantes na civilização ocidental. Concepções culturais e políticas marginais, que tinham emergido nos finais do século XIX, tornavam-se agora propostas aliciantes num ambiente de descrença generalizada na democracia. As crises políticas vieram potenciar os efeitos nefastos do colapso da economia mundial e aumentaram as dificuldades dos regimes democráticos. Neste clima, a “sedução” dos extremistas de direita e esquerda encontrava terreno fértil no desespero de milhões de seres humanos. A miséria resultante do desemprego galopante, sem nenhum fim à vista da crise económica mundial, tornava-os alvos fáceis do encantamento das novas “religiões seculares” que prometiam soluções milagrosas ou melhor dizendo um verdadeiro milagre¹. Neste dramático contexto internacional as reflexões sobre os sistemas políticos assumem uma especial importância. O engenheiro Francisco Pinto da Cunha Leal (1888-1970), primeiro ministro da Primeira República (1910-1926), reitor da Universidade de Coimbra e opositor político de António de Oliveira Salazar (1889-1970) não era uma excepção. Aproveitando o exílio em Espanha tinha publicado entre 1931-1933, quatro livros sobre os problemas políticos, económicos, sociais, tecnológicos e científicos contemporâneos. Nestas obras a principal preocupação foi a defesa da democracia, como ideário e regime político, face às alternativas da extrema direita e da extrema esquerda².

* O presente artigo analisa exclusivamente às reflexões de Francisco Pinto da Cunha Leal sobre a democracia.

¹ Cf. Gauchet, Marcel, “À L'épreuve des totalitarismes 1914-1974”, *L'Avènement de la Démocratie*, Paris, Éditions Gallimard, 2010, p. 63-127 e também Sternhell, Zeev, Sternhell, ‘Introdução. A modernidade e os seus inimigos: da revolta contra as Luzes à rejeição da democracia’, Sternhell, Zeev, (org.) *O Eterno Retorno. Contra a Democracia a Ideologia da Decadência*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999, p.9-39.

² Cf. Leal, Francisco Cunha, *Ditadura, Democracia ou Comunismo ? O Problema Português*, La Coruña, Imprenta Moret, 1931; *Portugal e Inglaterra*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932; *Os Meus Cadernos, Economia-Finanças-Política-Sociologia*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932; *A técnica e as transformações sociais contemporâneas*, Lisboa edição do autor, 1933. Cunha Leal regressa do exílio em princípios de 1933 e concede uma entrevista ao Diário de Lisboa em Janeiro desse ano. Na sequência dos ataques da imprensa afecta ao regime e das críticas do campo republicano resolveu explicar os seus pontos de vista sobre as questões económicas, sociais e políticas publicando este livro.

2. Os mestres pensadores

A compreensão do pensamento político do autor é inseparável do ambiente cultural da década de trinta do século XX. A importância deste facto leva-o a analisar as teses dos pensadores, mais relevantes, no panorama intelectual da época: Karl Marx (1818-1883), Friedrich Nietzsche (1844-1900), Henri Bergson (1859-1941) e Georges Sorel (1847-1922). Os quatro têm nacionalidade, formação, cultura e visão política diferentes tendo vivido em distintos tempos históricos, embora o impacto das suas reflexões seja igualmente decisivo no momento vivido por Cunha Leal. Estando consciente, desta realidade, tece considerações críticas dirigidas às concepções filosóficas e políticas de cada um. A percepção do materialismo histórico de Karl Marx implica a consciência da existência de um paradoxo histórico. Nascido numa época de triunfo do espiritualismo e desdenhado pela filosofia acabou por abalar os alicerces da civilização contemporânea. As premissas desta teoria assentam numa interpretação falsa da história humana, subordinada aos factos económicos e tão errada quanto a doutrina oposta. O “espiritual” e o “temporal” condicionam-se sem um predominar ou existir sem o outro. As novas condições de existência, criadas pela industrialização, mudaram as mentalidades, mas as actividades intelectuais foram determinantes no progresso económico da humanidade. O espírito triunfa, em geral, nas épocas de estabilização da humanidade e o económico nos momentos de profunda mutação. O autor não recusa, em bloco, todas as teses de Karl Marx nomeadamente a ideia da emergência de um supercapitalismo. Interroga-se mesmo sobre a validade da tese de que a expansão constante do capitalismo dará lugar à sua queda e ao triunfo espontâneo do comunismo. Aliás, não considera absurdo o facto da Inglaterra poder ser o primeiro dos países capitalistas a iniciar este processo. O triunfo da Revolução Russa de 1917, num país agrícola e semibárbaro, resulta da “genial manobra estratégica” de Lenine (1870-1924) capaz de aproveitar a Primeira Guerra Mundial para atingir “a frente capitalista no seu ponto mais fraco”. Trata-se de um “fenómeno accidental” que não contradiz Karl Marx, pois continuam a existir profundas contradições no desenvolvimento das economias mais industrializadas³. A existência de grandes bens materiais disponíveis estimulou o desejo de consumo da população em geral e criou perigosas tensões sociais. O êxito relativo do materialismo e a crise do espiritualismo estão estreitamente ligados a este processo resultante de um alinhamento com uma das alternativas dos grupos em conflito. Karl Marx foi o “semeador” destas doutrinas materialistas, desprezadas no seu tempo, mas transformadas, pelas mutações sociais num poderoso instrumento destruidor do espiritualismo da burguesia do século XIX.

No entanto, os ataques ao espiritualismo oitocentista vieram também de outras áreas culturais como é o caso de Friedrich Nietzsche, o “louco genial”, ao

³ Cf. Leal, Francisco Cunha, *Nova Renascença ou Nova Idade Média?*, *Os Meus Cadernos, Economia-Finanças-Política-Sociologia*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932, p.27-28.

substituir a “apolínea inteligência” pelo “dionísico instinto”. A vida transbordando do indivíduo para a sociedade cria a figura do “Super-Homem” que não é o homem mais justo e mais sábio, mas o mais forte. A força triunfa sobre a razão, originando a visão de um mundo vibrante de entusiasmo e oposto ao rígido racionalismo do passado. As consequências da difusão das suas ideias traduziram-se na emergência de uma “Europa tudesca dinâmica e dionisíaca” desejosa de realizar, através de um processo de expansão e de colonização, a regeneração de um mundo decrépito. A valorização dos aspectos não racionais da humanidade estão outrossim presentes em Henri Bergson que relativiza o papel tradicional concedido à “inteligência” pela cultura ocidental. Com efeito, realça o “instinto” como elemento decisivo no processo criativo não devendo a inteligência tolher a intuição humana com um excessivo dogmatismo. A educação deveria reflectir esta realidade, permitindo que o desenvolvimento intelectual não destruísse o instinto criador. Existia aparentemente uma coincidência de pontos de vista entre os dois pensadores, afirmando a preeminência do “misterioso Dioniso” sobre o radiante Apolo. Contudo, Nietzsche utilizou este conceito para fazer a apologia da força bruta, enquanto Bergson defende um justo equilíbrio entre todas as faculdades e capacidades humanas. Apesar destas precauções não escapou à utilização do seu pensamento por Georges Sorel para justificar a teoria da violência assente na oposição entre a uniformização dos sentimentos e das ideias pela inteligência e a sua diferenciação pelo instinto. As massas trabalhadoras, guardiãs fiéis do segundo, seriam as únicas capazes de o utilizar para a revolta contra as classes dominantes. A recusa do reformismo desembocava na defesa de um processo revolucionário cujo término seria a “greve geral” para a qual importava preservar todas as energias das massas. A greve geral era assim um mito destinado a mobilizar todas as capacidades místicas dos trabalhadores para o derrube do capitalismo. O autor crítica esta tese apenas preocupada com o derrube violento do Velho Mundo mas sem ideias para construir um novo. Em consequência limitar-se-ia a tornar uma classe consciente da sua força e a aconselhar a melhor forma de derrubar a burguesia e, portanto, estéril para a resolução dos grandes problemas da humanidade⁴.

As reflexões de Cunha Leal não deixam de considerar o contributo de outros autores, como por exemplo Gustave Le Bon (1841-1931), citando várias vezes as *Bases scientifiques d'une philosophie de l'histoire*. Discordando do referido autor no referente ao sucesso dos conceitos fundamentais da revolução francesa (igualdade, liberdade e fraternidade) não deixa de identificar-se com algumas

⁴ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p. 32-34. Sobre Friedrich Nietzsche ver Aschheim, Steven E, Nietzsche e a direita radical alemã, Sternhell, Zeev, (org.) *O Eterno Retorno. Contra a Democracia a Ideologia da Decadência*, Lisboa, Editora Bizâncio, 1999, p. 79-102. Sobre Georges Sorel consultar Sznadjer, Mario, Capítulo III – O sindicalismo revolucionário em Itália, Sternhell, Zeev, Sznajder, Mario, Ashéri, Maïa, *Nascimento da Ideologia Fascista*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995, p.207-251.

das suas ideias⁵. Partilha parcialmente a mesma concepção do estado social da igualdade absoluta, mas discorda da visão pessimista da democracia⁶. No entanto, concorda com a descrição do progresso humano e civilizacional desde a pré-história até ao tempo presente⁷. Porém, tanto ou mais importantes são as suas referências a José Ortega Y Gasset (1883-1955) nas suas observações sobre a evolução histórica dos povos⁸ e na análise mais complexa do fenómeno vital no ser humano actuando as características biológica e espiritual como dois pólos opostos. Os excessos culturalistas da Idade moderna foram ultrapassados por uma prazer estético presente em todas acções humanas⁹. Além disso, o facto do velho “método filosófico do racionalismo” ter caducado minou as bases ideológicas das “democracias novecentistas”¹⁰. A mudança radical operada nas concepções políticas e culturais obriga-o, na conjuntura política dos anos 30, a repensar a ideia de democracia.

2. Duas concepções de democracia

A sua análise pressupõe a existência de diferenças entre o conceito original nascido com a Revolução Francesa de 1789 e a nova concepção do século XX. Com efeito, partindo do acontecimento fundador da modernidade utiliza a trilogia clássica da “liberdade, igualdade e fraternidade” para reflectir sobre os seus fundamentos teóricos. Recorrendo de forma crítica a Gustave Le Bon considera a ideia de igualdade o elemento mais importante para a compreensão da evolução histórica da concepção de democracia. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 procurou tornar a igualdade uma realidade ao afirmar que “os homens nascem e permanecem livres e iguais perante a lei”. Os revolucionários esforçaram-se por extinguirem os privilégios de certas classes e hierarquias, de forma a colocarem os homens em idênticas condições legais¹¹. O “sismo político”, dos finais do século XVIII, ao nivelar a nação francesa política e economicamente acabou violenta e provisoriamente com as diferenças sociais. Os regimes parla-

⁵ Cf. Leal, Francisco Cunha, *Ditadura, Democracia ou Comunismo? O Problema Português*, La Coruña, Imprenta Moret, 1931 p. 11-13. Consultar: Bon, Gustave Le, *Bases scientifiques d'une philosophie de l'histoire*, Paris, Ernest Flammarion, 1931.

⁶ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p. 16

⁷ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p. 30-31.

⁸ Cf. Leal, Francisco Cunha, *Portugal e Inglaterra*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932 p. 20. Consultar: Gasset, José Ortega, *La Rébellion de las Masas*, Madrid, Revista do Occidente, 1931.

⁹ Cf. Leal, Francisco Cunha, *Nova Renascença ou Nova Idade Média?*, *Os Meus Cadernos, Economia-Finanças-Política-Sociologia*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932, p. 43-44.

¹⁰ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p. 42-43.

¹¹ Cf. Leal, Francisco Cunha, *Leal, Ditadura, Democracia ou Comunismo? O Problema Português*, La Coruña, Imprenta Moret, 1931, p. 11.

mentares dos séculos XIX e XX foram os seus herdeiros, beneficiando da igualdade e da liberdade suficientes para escorarem os progressos da humanidade¹². As grandes esperanças no desaparecimento das desigualdades entre os homens goraram-se não se verificando a tão almejada transformação da igualdade legal na igualdade social. Os actores sociais, individual e colectivamente, passaram a gozar na sequência deste acontecimentos, de uma liberdade muito mais vasta que se reflectiu nas actividades económicas. O desenvolvimento daí decorrente teve como consequência paradoxal criar novos desequilíbrios nas estruturas sociais dos diferentes países e regiões. De forma semelhante, o domínio exercido sobre o conjunto da sociedade pelos “senhores feudais do capitalismo” criou profundas desigualdades entre uma elite restrita e a massa dos cidadãos¹³.

Nesta perspectiva, compreendem-se as observações que faz sobre as três condições necessárias para existir uma verdadeira igualdade:

“Para que essa igualdade puramente teórica se não transformasse, porém, num mito, necessário se tornava que nas sociedades humanas se realizassem três condições:

- 1.^a Todos os homens nasceriam com a mesma capacidade intelectual e teriam, portanto, idênticas perspectivas de desenvolvimento individual.
- 2.^a Quaisquer que fossem as condições particulares de fortuna das suas famílias, os membros da mesma comunidade seriam forçadamente colocados, desde o nascimento, em circunstâncias similares sob o ponto de vista educativo, de modo que o seu aperfeiçoamento intelectual não dependesse de factores exteriores ao próprio indivíduo.
- 3.^a A organização das sociedades seria tal que a pessoas igualmente capazes corresponderiam funções da mesma importância, de modo que não só o lucro, como a influência social, fossem idênticos para toda a gente, por isso que o simples exercício de funções dessemelhantes cria especializações e desenvolvimentos individuais diversos, abrindo a cada um, dirigente ou dirigido, horizontes inconfundíveis.”¹⁴.

Os revolucionários franceses de 1793 laboravam na ilusão de procurarem alcançar por decreto a primeira condição que não passa de uma utopia totalmente irrealizável devido à desigualdade natural dos homens¹⁵. Aliás, a liberdade individual é a condição *sine qua non* da utilidade social de cada ser humano nomeadamente no plano económico¹⁶. Além disso, Cunha Leal dá-lhe uma grande

¹² Cf. Leal, Francisco Cunha, *Portugal e Inglaterra*, La Coruña, Imprenta Moret 1932, p.30-32.

¹³ Cf. Leal, Francisco da Cunha, *A técnica e as transformações sociais contemporâneas*, Lisboa, edição do autor, 1933 p.143-144.

¹⁴ Cf. Leal, Francisco Cunha, Leal, Francisco Cunha, Leal, *Ditadura, Democracia ou Comunismo ? O Problema Português*, La Coruña, Imprenta Moret, 1931, p.12.

¹⁵ Leal, Francisco Cunha, *ob. cit*, p.11-12.

¹⁶ Cf. Leal, Francisco Cunha, *Ditadura, Democracia ou Comunismo ? O Problema Portu-*

importância considerando-a um dos “conceitos fundamentais da democracia”¹⁷. O desejo de construir uma sociedade igualitária não pode significar a sua destruição, sendo necessário a existência de um equilíbrio entre liberdade e igualdade¹⁸.

Afastada, assim, a igualdade absoluta entre os homens, o modelo de democracia saído da Revolução Francesa encontra-se desactualizado perante as novas concepções da vida da “personalidade humana” e da “actual estrutura económica dos povos”¹⁹. Assim sendo, a concepção da igualdade tem de ser reformulada no contexto de uma democracia moderna. A solução do autor segue as concepções do radical Édouard Herriot (1872-1957) ao definir a finalidade da democracia como a obtenção da máxima prosperidade material dos povos. A igualdade ganha um novo sentido ao identificar-se com o aproveitamento integral da capacidade potencial de cada ser humano e o aperfeiçoamento gradual dos indivíduos através do “monopólio da instrução pelo Estado” e a orientação da sua educação. A “escola única” torna-se um dos principais pilares da “obra de justiça social” substituto ideológico do nivelamento social e da ... igualdade. O conceito moderno de igualdade nas democracias é definido da seguinte maneira: “*igual possibilidade de desenvolvimento intelectual e de acesso social, de direito e de facto, para todos os cidadãos*”²⁰. Ou seja, não a igualdade social plena, mas uma igualdade nas condições de promoção social dos indivíduos. Isto não o impede de defender a atenuação das desigualdades sociais, como primeiro passo de um processo capaz de conduzir a uma perfeita igualdade, pela desapareição progressiva de direito e de facto dos privilégios de casta e nascimento²¹. A adequação à realidade das suas concepções é testada através do confronto com as situações dramáticas do seu tempo. Importa, assim, analisar a sua visão da dupla crise económica e política que varre, como um gigante *tsunami*, as sociedades europeias e americanas dos anos 30 do século XX.

guês, La Coruña, Imprenta Moret, 1931, p.83-84.

¹⁷ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p. 176-177.

¹⁸ Leal, Francisco da Cunha, *A Técnica e as transformações sociais contemporâneas*, Lisboa, edição do autor, 1933, p.219-220.

¹⁹ Leal, Francisco Cunha, Nova Renascença ou Nova Idade Média?, *Os Meus Cadernos, Economia-Finanças-Política-Sociologia*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932, p.87.

²⁰ Cf. Leal, Francisco Cunha, *Ditadura, Democracia ou Comunismo? O Problema Português*, La Coruña, Imprenta Moret, 1931, p.12-14. Ver Berstein, Serge, Les radicaux, Becker, Jean-Jacques et Candra, Gilles (dir.) XXe siècle; à l'épreuve de l'histoire. Histoire des Gauches en France, Vol. 2, Paris, La Découverte, 2005, p.9-26. Édouard Herriot foi Ministro da Instrução do ministério Poincaré de 1926, tendo procurado implementar um programa experimental centrado na ideia da escola única.

²¹ Leal, Francisco da Cunha, *A Técnica e as transformações sociais contemporâneas*, Lisboa, edição do autor, 1933, p.219.

3. Colapso financeiro e cataclismo político

O cataclismo social e político da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crise económica de 1929 são a “caixa de pandora” dos males contemporâneos, sendo responsáveis pela destruição da civilização liberal ocidental²². Cunha Leal começou por considerar que o rápido progresso humano, nos primórdios do século XX, esteve na origem da catástrofe financeira do final dos anos 20 e inícios do seguinte. Na sua opinião o conflito militar de 1914-1918 foi o responsável pela *debacle*, pondo em causa a supremacia global da Europa e favorecendo os Estados Unidos da América. O optimismo europeu, resultante do término do conflito em 1918, caracterizava-se pela crença ingénua no triunfo do reino da paz, da justiça e do direito, no Velho Continente. As realidades económicas frustraram estas expectativas, pois tiveram que se enfrentar os desafios resultantes da concorrência americana e da emergência das indústrias nacionais na China, na América do Sul e, mesmo, em países semicoloniais. O declínio acentuou-se com os erros do Tratado de Versalhes (1919), a emergência de múltiplos estados, e as respectivas barreiras alfandegárias que criaram o caos económico. O surgimento da União Soviética aumentou as dificuldades ao arrancar, ao comércio internacional, uma área importante para as actividades comerciais europeias. Acresciam as complicações provocadas pelas dívidas públicas e as necessidades da reconstrução industrial o que tornava extremamente difícil a tarefa dos governos nacionais. A recuperação económica foi lenta, agravada pela inflação generalizada resultante da estratégia fiduciária da Alemanha.

A ausência da Europa, nos mercados internacionais durante a guerra, garantiu aos americanos um predomínio económico que lhes permitiu uma expansão industrial aparentemente sem limites. A possibilidade de uma crise de superprodução não era considerada credível devido ao crescimento do mercado interno e às futuras necessidades de reconstrução da Europa, após o final da guerra. A excepcional prosperidade provocou a fuga maciça de capitais para os Estados Unidos acompanhada da inevitável especulação financeira e de uma extraordinária euforia “bolsista”²³. A verdadeira catástrofe emergiu em 1929, dando origem a uma reflexão do autor sobre a génese e evolução da crise de superprodução para a “crise bolsista”. A acumulação gradual das causas de uma crise é aparentemente invisível para a maioria dos responsáveis políticos e agentes económicos. Um mero “acidente” pode desencadear subitamente a catástrofe que parece sem fim à vista. No caso referido foi a acumulação progressiva de stocks que gerou uma sobreprodução e o crash da Bolsa de Nova Iorque em 1930 o desastre final²⁴.

²² Cf. Gauchet, Marcel, *À L'épreuve des totalitarismes 1914-1974, L'Avènement de la Démocratie*, Paris, Éditions Gallimard,, 2010, p.7-62.

²³ Cf. Leal, Francisco Cunha, *Ditadura, Democracia ou Comunismo? O Problema Português*, La Coruña, Imprenta Moret, 1931, p.35-40.

²⁴ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p.56-57.

O dramático impacto nas sociedades ocidentais pôs em causa a tradicional arte de governar herdada do século XIX, tornando-a arcaica perante as novas dificuldades do século XX. Era compreensível a dificuldade dos políticos de enfrentarem as novas realidades em épocas de rápidas mudanças económicas. As suas insuficiências momentâneas prestavam-se, também, à crítica da democracia, transformada no bode expiatório de todos os males. Estas contradições explicavam o descrédito no qual tinham caído os políticos que não conseguiam assimilar as novidades produzidas pelas mudanças económicas da sociedade. A solução implicava o aparecimento de um novo tipo de político, caracterizado pelo estudo dos problemas, o desapego pessoal e a indiferença face a todo e qualquer tipo de populismo. Exigia uma enorme capacidade de adaptação à realidade e a ausência de qualquer inflexibilidade ideológica na procura das soluções. Esta perspectiva traduzia-se numa visão bastante clara da necessária versatilidade política que não se podia confundir com o vulgar oportunismo, identificado com os interesses pessoais²⁵. No entanto, tal posição só ganhava um significado especial perante a questão extremamente grave do desemprego, pois a sua resolução era essencial para travar a revolução bolchevique. As classes dirigentes dos países europeus seriam estúpidas ignorando este facto e alimentando o descontentamento das massas²⁶. As críticas à incompetência das elites (autentico manifesto em prol dos milhões de desempregados, afectados pela crise mundial), salientam não que eles podem ignorar a “impertinência” das multidões sem trabalho, porque a sua integração é essencial ao funcionamento do sistema democrático. Aliás, a única alternativa é a transformação radical, ou seja, a revolução²⁷. Assim o papel dos estadistas é fulcral e as suas limitações e são extremamente perigosas para os regimes democráticos²⁸.

4. A crise do estado moderno

A gravidade das insuficiências das elites políticas tinha uma importância fundamental para as democracias devido à crise do estado moderno. Cunha Leal faz o elogio dos seus sucessos nos séculos XIX e XX, considerando que foram as suas características centralizadas e democráticas as responsáveis pelo inegável progresso humano. Os grandes valores da cultura ocidental afirmaram-se, englobando nesta época, nomeadamente, a liberdade, a igualdade e a personalidade humana. A autonomia na acção de cada homem ultrapassou o quadro restrito da região para abranger a nação inteira e contribuir decisivamente para a trans-

²⁵ Cf. Leal, Francisco Cunha, *Ditadura, Democracia ou Comunismo ? O Problema Português*, La Coruña, Imprenta Moret, 1931, p.31-35.

²⁶ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit*, p.60.

²⁷ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit*, p.63.

²⁸ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit*, p.80.

formação das sociedades. No campo económico o principal êxito foi o triunfo da grande indústria nascida da produção em larga escala e do progresso das ciências abstractas, que se tornou o símbolo por excelência da modernidade²⁹. No entanto, este modelo corresponde a duas modalidades a ter em conta: “o velho estado liberal” e o novo “estado democrático”. As funções atribuídas ao primeiro no século XIX eram muito limitadas e resumiam-se na prática a salvaguardar as liberdades individuais, a manter a paz pública e a uma intervenção minimalista na ordem económica. A diplomacia, a defesa nacional e a preservação dos territórios, sob domínio nacional completavam o quadro no plano externo. Assim sendo, não estava preparado para enfrentar as terríveis dificuldades económicas e sociais criadas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crise financeira de 1929. O colapso do liberalismo económico deu lugar a um novo tipo de estado interventivo obrigado a desempenhar funções de regulação da economia e de interferência na sociedade até aí inexistentes³⁰.

As novas funções do estado democrático implicavam por parte dos homens públicos uma adesão entusiástica e um empenho incondicional na realização dos seus objectivos políticos. Cunha Leal partilhava com Vilfredo Pareto (1848-1923), Gaetano Mosca (1858-1941) e Robert Michels (1876-1936), a concepção cíclica da ascensão e queda das elites como um fenómeno universal, inerente a todas as sociedades. A necessidade de constante renovação, nascia da inevitável decadência das classes onde eram inicialmente seleccionadas. A possibilidade de serem recrutadas, no futuro, nas camadas populares era uma perspectiva positiva vendo nelas a promessa de uma competência superior³¹. O conhecimento das teses marxistas e leninistas da luta de classes e da vanguarda revolucionária não o impedia de interpretar o conflito entre a burguesia e o operariado de forma análoga ao das elites. A análise do ciclo histórico das classes era visualizado como um processo permanente de ascensão e queda da classe social dominante, entre a fase heróica marcada pela criatividade e a fase de conservação, caracterizada pela desesperada resistência face aos novos grupos sociais emergentes³². A aversão ao “materialismo histórico” não o impedia de reconhecer a importância do progresso económico do século XIX. A melhoria das condições vida do operariado tinha-o tornado mais consciente dos seus direitos. O despertar do “Quarto Estado” tinha sido alimentado pelas teorizações de Karl Marx e Friedrich Engels (1820-1895) na crença mística no triunfo futuro do proletariado³³. Este inspirado

²⁹ Cfr Leal, Francisco Cunha, *Portugal e Inglaterra*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932, p.31-34.

³⁰ Cfr. Leal, Francisco Cunha, *A técnica e as transformações sociais contemporâneas*, Lisboa edição do autor, 1933 p.15-16.

³¹ Cfr. Leal, Francisco Cunha, *Ditadura, Democracia ou Comunismo? O Problema Português*, La Coruña, Imprenta Moret, 1931, p.14.

³² Cfr. Leal, Francisco Cunha, *Tecnocracia, A Técnica e as transformações sociais contemporâneas*, Lisboa, edição do autor, 1933, p.208-209.

³³ Cfr. Leal, Francisco Cunha, *Ditadura, Democracia ou Comunismo ? O Problema Portu-*

na Rússia estalinista, deixa de ir buscar à burguesia os seus dirigentes, recrutando agora no seu próprio seio. Tal facto constituiu um problema grave para a democracia porque a nova elite é mais intransigente e pouco dada a transacções ou contemporizações³⁴. Ao mesmo tempo, as dificuldades económicas e financeiras degradaram a situação da classe média no meio de um processo universal de proletarianização das sociedades e de concentração da riqueza nas mãos de uma “plutocracia” Assim sendo, o principal suporte social da democracia tinha-se tornado incapaz de continuar a desempenhar, o papel tradicional de força de equilíbrio entre os extremos políticos³⁵. Sem este “tampão amortecedor” das tensões entre o proletariado e a “plutocracia” a guerra civil espreitava ao virar da esquina, ameaçando a existência do estado democrático³⁶. A única maneira de ultrapassar estas dificuldades implicava alargar a base social de apoio do regime, integrando na classe média “os elementos mais destacados do proletariado” e continuando a melhorar as condições de vida da população em geral³⁷. Todavia, colocava-se a questão de saber de que maneira este processo de integração podia ser articulado com a formação das elites democráticas. Aliás, a democracia não se confunde com a vitória da imbecilidade sobre a inteligência nem do número sobre a elite. A formação das elites numa democracia moderna tem origem num recrutamento alargado a todos os grupos sociais e não se restringe a uma minoria privilegiada.

A possibilidade da plena realização deste objectivo passa pela valorização da educação tornando-a acessível a todos, através do monopólio estatal. Cunha Leal inspira-se nas concepções do radical, Édouard Herriot, sobre a escola única como instrumento de realização da justiça social. Nesta perspectiva, a principal razão de ser das desigualdades centra-se no facto do acesso à instrução ser reservado a uma oligarquia capitalista de grandes industriais, equiparáveis aos antigos senhores feudais. A persistência desta desigualdade entre esta elite económica e as massas gera uma persistente injustiça nas democracias modernas. As preocupações do autor estão igualmente ligadas ao combate contra a oligarquia dominante nas sociedades, nascidas da Revolução Francesa e únicas detentoras da educação. O objectivo é quebrar este monopólio de classe, fornecendo a educação a todos e permitindo assim o progresso geral. Assim, o ensino é fundamental para o futuro das sociedades, permitindo desenvolver uma sociabilidade mais perfeita na base das aptidões de cada um³⁸. A questão coloca-se de forma

guês, La Coruña, Imprenta Moret, 1931, p.82-83.

³⁴ Cf. Leal, Francisco da Cunha, *Nova Renascença ou Nova Idade Média ?*, *Os Meus Cadernos, Economia-Finanças-Política-Sociologia*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932, p.50-51.

³⁵ Leal, Francisco da Cunha, *ob. cit.*, p.64-65.

³⁶ Cf. Leal, Francisco Cunha, *A técnica e as transformações sociais contemporâneas*, Lisboa edição do autor, 1933, p.158-159.

³⁷ Cf. Leal, Francisco Cunha, *Nova Renascença ou Nova Idade Média ?*, *Os Meus Cadernos, Economia-Finanças-Política-Sociologia*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932, p.86-87.

³⁸ Cfr. Leal, Francisco Cunha, *Ditadura, Democracia ou Comunismo ? O Problema Portu-*

premente quando se trata de aplicar este princípio à realidade nacional, em nome do “direito à instrução” do povo português que deve ser inscrito na Constituição da República. A obrigatoriedade da frequência das escolas deveria ser imposta a toda a população e, em especial, às famílias sob ameaça de sanção. A selecção progressiva dos mais aptos, através dos sucessivos níveis de educação, permitiria o alargamento das elites portuguesas não as reduzindo às “classes possedentes”. A fragilidade dos recursos nacionais implicaria que o processo fosse gradual, dependendo da evolução das disponibilidades financeiras do estado português³⁹. A meritocracia deve prevalecer na formação das elites democráticas sendo a “escola única” um dos seus instrumentos mais importantes para alcançar este objectivo.

No mesmo sentido se podia entender a sua refutação das teses reaccionárias que contestavam a escolha das elites, através da eleição popular, por considerarem que a imbecilidade e a cegueira são apanágio da multidão. Cunha Leal contrapõe a gradual diminuição das eventuais imperfeições do sistema através do ensino proporcionado a todos. A selecção dos governantes por um só homem, ou por uma oligarquia, não se vai traduzir necessariamente numa melhor solução. Dá como exemplo o caso da Alemanha, anterior à Primeira Guerra Mundial, que se deixou arrastar para uma política, que conduziu fatalmente à sua destruição motivada pela formação de uma “elite” pelo imperador⁴⁰. Assim sendo, importa ter em atenção o processo de formação das elites que, no caso da democracia, assenta numa selecção competitiva feita pelas massas, ao contrário da autocracia. A questão não fica por aqui, pois está empenhado em contradizer os argumentos dos inimigos da democracia numa crítica directa, a Benito Mussolini (1883-1945) e aos seus escritos antidemocráticos no *Popolo d'Italia*. Os possíveis erros, perpetrados pelos eleitores, são um mal menor face à maior eficácia do sistema, no escrutínio público das capacidades dos seus dirigentes. As provas dadas na gestão do poder e um “*curriculum honoris*” sem mancha, são submetidos ao escrutínio da opinião pública. A carreira política de um homem público é seguida com atenção desde os seus primórdios, na administração local, até aos postos mais elevados, na direcção do Estado. Torna-se praticamente impossível que não um, mas sucessivos erros de apreciação por parte do povo entreguem, o poder a ineptos. As provas dadas pelos políticos, na gestão do poder, permitem, à opinião pública, conhecer as suas capacidades e afastar os incompetentes. O sistema de escolha democrática dos dirigentes, por eleição popular, não está isento de erros, mas não deixa de ser o mais justo aperfeiçoando-se com o aumento do nível cultural dos povos⁴¹.

As elites democráticas não podiam exercer o poder sem os partidos, pois era

guês, La Coruña, Imprenta Moret, 1931, p.13-16.

³⁹ Cfr. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p.158-159.

⁴⁰ Cfr. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p.15-16.

⁴¹ Cfr. Leal, Francisco Cunha, *Ditadura, Democracia ou Comunismo ? O Problema Português*, La Coruña, Imprenta Moret, 1931, p.22-24.

a forma por excelência da associação livre e exercício pleno dos direitos políticos pelos cidadãos⁴². Os programas desempenhavam um papel fulcral no processo democrático, permitindo às “multidões” avaliar as diferentes propostas dos “homens cultos” e escolher as mais conformes com os seus interesses e grau civilizacional. As elites, formadas deste modo, tinham a responsabilidade de dirigir as agremiações políticas ou partidos políticos. Tratava-se de uma “homenagem voluntária” do maior número ao menor, da quantidade à qualidade, ou seja, das massas às elites, não resultando de qualquer forma de imposição ou repressão. Contudo, os partidos políticos não eram a única forma de associação dos homens em sociedade. A diversidade dos interesses económicos levava-os a agruparem-se em associações diversas, sendo, as sociedades anónimas as mais perfeitas até ao momento. O antagonismo natural, entre a classe capitalista e a proletária, levou os elementos mais activos da última, a agrupar-se em sindicatos, federações regionais, confederações nacionais e organizações internacionais. De forma semelhante também os homens comuns se associavam em institutos científicos, literários e artísticos, em associações religiosas, morais e de beneficência. O conjunto destas instituições, mais o estado, constituía a nação orgânica, mas as mais importantes eram os partidos políticos, devido ao papel que desempenhavam na formação dos homens enquanto cidadãos. Assim sendo, importava analisar as estranhas críticas dos partidários da autocracia que, ao desprezarem os partidos políticos, os consideravam uma espécie de “quadrilha” de malfeitores apenas agarrados a interesses ilícitos ou imorais. Os homens, ao reunirem-se em partidos, procuram obter algum proveito material e moral sem que isso signifique a negação de uma finalidade superior. As acusações de falta de idealismo eram absolutamente injustas e absurdas, pois referiam-se ao período de declínio da sua existência. Na verdade, os partidos seguiam um ciclo de vida marcado pela sua ascensão, declínio e morte, sendo substituídos por outros, mais de acordo com os interesses espirituais da época. Aliás, os adversários da democracia entravam em contradição, pois defendiam em sua substituição, as associações de produtores, essas sim vocacionadas, pelo menos inicialmente, para a satisfação do interesse material. Além disso, os partidos políticos eram essenciais como mediadores e amortecedores dos choques entre os interesses rivais das classes sociais⁴³. O risco de anarquia, em tempo de crise, levou-o a propor a sua divisão em dois tipos de associação. O primeiro seria o único a corresponder a um verdadeiro partido, actuando no campo estritamente legal, concorrendo às eleições e comprometendo-se com os preceitos constitucionais. Os segundos, não aceitando estas condições, seriam considerados simples associações submetidas a uma fiscalização constante do poder executivo. As limitações referidas não o impedem de considerar os partidos políticos peças centrais dos regimes democráticos e reflectir sobre os

⁴² Cf Leal, Francisco Cunha, *Ditadura, Democracia ou Comunismo ? O Problema Português*, La Coruña, Imprenta Moret, 1931, p. 161.

⁴³ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p.42-47.

diversos sistemas partidários. O modelo bipartidário era preferível ao multipartidário, por permitir a criação de maiorias parlamentares claras e a estabilidade governativa⁴⁴. O mais importante seria garantir a representação proporcional com uma única circunscrição e um mandato revogável dos deputados. Assim, teriam um funcionamento mais regular e a selecção do pessoal dirigente do estado seria melhorada, sem pôr em causa a democracia⁴⁵. As análises de Cunha Leal permitem-lhe classificar os partidos conforme a dupla função que desempenham na sociedade ao exercerem o poder ou encabeçando a oposição. O partido ao identificar-se com um movimento de opinião pública, organizado com o objectivo de conquistar o poder, seria caracterizados por uma intensa mobilização ideológica. O exercício do poder exigiria uma mutação da forma, temperando as preocupações de tipo ideológico com as realidades práticas⁴⁶. A mobilização pelo executivo do apoio da população com o objectivo de dominar e disciplinar as forças rebeldes da economia não deixaria de testemunhar, mais uma vez, a superioridade do espírito sobre a matéria. Esta oposição, em plena crise financeira, tinha uma correspondência no campo político na constatação da preeminência do cidadão sobre o produtor.

5. *Homo Futurus*

O tema era decisivo para a compreensão das perspectivas abertas aos regimes democráticos, no presente e no futuro. Na sua opinião, o produtor era o criador dos bens materiais necessários à existência humana, em função das disponibilidades da mão de obra, da liberdade de trabalho e da remuneração, existente numa determinada sociedade. O cidadão, sem nunca se distanciar totalmente do produtor, nascera com a progressiva libertação, do operariado e do campesinato, da satisfação imediata das necessidades básicas da humanidade. Assim sendo, emergia um homem novo, consciente da importância do exercício pleno dos seus direitos políticos capaz de relegar, para um segundo plano, o produtor. A resistência da “plutocracia” tinha encontrado eco nos chamados “mercenários intelectuais” da ordem existente, responsáveis pela justificação ideológica da subordinação do cidadão ao produtor. A consequência lógica desta visão, ao reduzir a actividade humana à vertente puramente material, era o domínio da sociedade por uma oligarquia tecnocrática. A restante população seria desprezada e submetida, de forma autocrática, às suas decisões políticas, em nome de uma eficácia económica superior. As democracias tinham uma visão oposta da questão, porque assentavam os seus postulados na valorização dos aspectos ma-

⁴⁴ Cfr. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p.49-53.

⁴⁵ Cfr. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p.60-61.

⁴⁶ Cfr. Leal, Francisco Cunha, Prefácio, *A técnica e as transformações sociais contemporâneas*, Lisboa edição do autor, 1933,p. XI.

teriais e espirituais dos indivíduos, com especial relevo para os segundos. Assim, recusava a divisão da sociedade numa elite minoritária, detentora do direito de pensar e a restante população, obrigada a receber passivamente as suas ideias. A concepção democrática considerava o cidadão um ser moralmente responsável, com a missão superior de assegurar a existência da sociedade através da harmonização dos seus diferentes elementos. Estas observações permitem-lhe comparar o relevo dado na autocracia ao produtor, com o primado dado na democracia ao cidadão e salientar a superioridade dos interesses materiais, no primeiro caso e os morais no segundo⁴⁷.

A desvalorização do cidadão, em prol do produtor, tinha como corolário a emergência do tecnocrata, identificado com os regimes autocráticos. Cunha Leal tinha uma visão negativa das suas capacidades, como governantes devido às óbvias limitações, neste campo, derivadas da especialização profissional.. Aliás, o tecnocrata era uma personagem totalmente estranha à democracia e o seu aparecimento inseria-se no processo conducente ao “grau zero” da política⁴⁸. Consequentemente era possível descrever o universo da ideologia “tecnocrática”, nascido da falta de confiança no *homo politicus*:

“Era fatal como o destino, que, em face do caos em que se debate o mundo e cujas culpas são naturalmente atribuídas por inteiro ao «homo politicus», haveria de desenhar-se um dia no cérebro do técnico esta ambiciosa interrogação: - acaso não serei eu capaz de fazer mais e melhor do que aqueles que nos governam ?”⁴⁹.

Afastada a miragem política da redução do ser humano à dimensão limitada do “produtor” e contestada a capacidade política de um governo de técnicos, importava definir as concepções políticas alternativas. É esta preocupação que o levou a recusar a identificação do *Homo Standard* com o *Homo Futurus*, como expressão de uma dimensão puramente material e colectivista do ser humano. O homem do futuro tinha de ser o resultado do equilíbrio entre a liberdade espiritual e o conforto material, o dinamismo colectivo e o individual e de um novo sistema filosófico capaz de respeitar ao mesmo tempo a vida e a cultura⁵⁰.

No entanto, estas observações permitem considerar as bases fundamentais das suas concepções finais sobre a democracia. O ponto de partida é a constatação da existência de uma contradição entre as expectativas, criadas pelo individualismo antirracionalista, do princípio do século XX e a realidade dos anos 30. O seu valor intrínseco resultava de um novo conceito do fenómeno vital e da

⁴⁷ Cfr. Leal, Francisco Cunha, Os partidos políticos na república portuguesa, *Os Meus Cadernos, Economia-Finanças-Política-Sociologia*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932, p.30-37.

⁴⁸ Cfr. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p.25.

⁵⁰ Cfr. Leal, Francisco Cunha, *A técnica e as transformações sociais contemporâneas*, Lisboa edição do autor, 1933, p.195.

⁵¹ Cf. Leal, Francisco Cunha, Nova Renascença ou Nova Idade Média ?, *Os Meus Cadernos, Economia-Finanças-Política-Sociologia*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932, p.48-49.

personalidade humana, infelizmente sacrificado em prol da colectividade⁵¹. O optimismo, criado, nos inícios de novecentos, pela evolução positiva das condições de existência humana, deu lugar a uma reacção contra o individualismo. A evolução económica gorou estas expectativas optimistas, determinou o aparente triunfo das concepções colectivistas, produziu a anulação dos “personalismos”⁵². O elogio da democracia passa necessariamente pela valorização do indivíduo em todas as suas vertentes, nomeadamente no campo da liberdade de pensamento, essencial na afirmação da personalidade humana⁵³. Contudo, as características positivas das democracias, no campo dos direitos humanos traduzem uma difícil conciliação entre a liberdade e a autoridade.

Nesta linha de pensamento emergia o receio legítimo de ser impossível a referida conciliação em nome da defesa da democracia. O problema resultava do facto do regime democrático enfrentar um dilema de difícil solução. Se violasse o direito para se proteger, ameaçava de destruição o próprio regime, mas se o respeitasse arriscava-se a morrer às mãos dos seus inimigos sendo, este o seu “calcanhar de Aquiles”⁵⁴. As soluções não eram fáceis de descortinar, porque o meio termo seria quase impossível de encontrar e de definir de uma vez para sempre. A resposta a esta questão não era totalmente clara, pois pressupunha a aceitação de “leis de excepção”, embora considerasse que não deixavam de ser “atentados” necessários contra os “sãos princípios”. A solução seria incorporar na “doutrina” da democracia, com “carácter de permanência”, o que era hoje considerado “excepcional”, evitando as provocações dos seus adversários, empenhados em conduzi-la a “perigosas manifestações de fraqueza” ou “a comprometedores actos de violência”. A consequência desta opção traduzia-se na eventual limitação da liberdade de pensamento e, mesmo, repressão das doutrinas que defendiam o derrube das democracias pela acção violenta. Cunha Leal estabelecia de seguida uma ressalva que era também um esclarecimento, ao afirmar tratar-se, não tanto, de estabelecer uma proibição, mas antes de uma fiscalização pelo poder executivo com regras claras que evitassem o arbitrário⁵⁵. Um exemplo claro seriam os condicionamentos da liberdade de pensamento que tinham de ser fiscalizados pelo parlamento para não degenerarem em tirania⁵⁶.

A essência dos regimes democráticos é a “eleição popular” do “Poder Público”, manifestação da “soberania das massas”, expressa na “vontade das maiorias” e no “sufrágio universal”. Tudo o resto é secundário, com excepção da justiça nas leis democráticas. Todavia, a situação vivida numa “sociedade civilizada”, num período de estabilidade, permite estabelecer de forma clara e precisa os direitos e

⁵² Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p.44-45.

⁵³ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p.68-69

⁵⁴ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p.60-61

⁵⁵ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob. cit.*, p.53-54.

⁵⁶ Cf. Leal, Francisco Cunha, *Nova Renascença ou Nova Idade Média ?, Os Meus Cadernos, Economia-Finanças-Política-Sociologia*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932, p.62-64.

⁵⁷ Cf. Leal, Francisco Cunha, *,ob.cit.*, 1932, p.77.

os deveres de cada um, o que já é difícil de alcançar num período marcado por catástrofes e rápidas mudanças. Assim sendo, concedia alguma elasticidade ao conceito de justiça, de maneira a adaptá-lo a novas situações, sem afectar a protecção dos direitos dos indivíduos⁵⁷. Porém, as restrições estabelecidas à liberdade não resultam de uma visão retrógrada da sociedade e muito menos da democracia percebida em constante evolução⁵⁸. É esta concepção de uma “democracia largamente progressiva”⁵⁹ que o afasta dos extremismos de esquerda e de direita e o leva a considerar a hipótese futura de uma democracia social⁶⁰. Contudo, o sonho de Cunha Leal não será possível se não houver uma defesa intransigente da classe média contra a plutocracia dominante⁶¹. As propostas para resolver esta questão passavam essencialmente pela promoção social das massas pela “escola única”, pelo agravamento do imposto pessoal do rendimento, dificultando as grandes concentrações capitalistas e a sua transmissão, pelo agravamento das taxas dos direitos sucessórios. Não poderia ser excessivo, pois neste caso era contraproducente, minando o desejo de cada homem de transmitir uma herança aos filhos e, portanto, uma motivação para a iniciativa individual⁶². A importância da democracia incluía a capacidade em assegurar o equilíbrio político e social, através de compensações entre os cidadãos e as classes, com o indispensável apoio da classe média⁶³. A “democracia é a paz”⁶⁴, não era uma relíquia do passado e, profeticamente considerou que o futuro da humanidade passaria pelo seu triunfo total no século XX⁶⁵.

⁵⁸ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob.cit.* p.81

⁵⁹ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob.cit.*, p.63

⁶⁰ Cf. Leal, Francisco Cunha, *ob.cit.*, p.85-86

⁶¹ Cf. Leal, Francisco Cunha, Prefácio, *Os Partidos Políticos na República Portuguesa, Os Meus Cadernos, Economia-Finanças-Política-Sociologia*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932,p.15

⁶² Cf. Leal, Francisco Cunha, Nova Renascença, Nova Idade Média ?, *Os Meus Cadernos, Economia-Finanças-Política-Sociologia*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932, p.66-67.

⁶³ Cf. Leal, Francisco Cunha, *Ditadura, Democracia ou Comunismo ? O Problema Português*, La Coruña, Imprenta Moret, 1931, p.159-160.

⁶⁴ Cf. Leal, Francisco Cunha, Prefácio, *Os Meus Cadernos, Economia-Finanças-Política-Sociologia*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932, p.56-57.

⁶⁵ Cf. Leal, Francisco Cunha, *Os Meus Cadernos, Nova Renascença, Nova Idade Média ?, Os Meus Cadernos, Economia-Finanças-Política-Sociologia*, La Coruña, Imprenta Moret, 1932, p.88.

⁶⁶ “A democracia não é, pois, um cadáver que as gerações de amanhã terão de remover para que não empeste o ambiente social. O século XX está, por ventura, destinada a ser o período áureo das suas realizações objectivas. (...)”, Leal, Francisco Cunha, *Ditadura, Democracia ou Comunismo ? O Problema Português*, La Coruña, Imprenta Moret, 1931, p.16